



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº

PROJETO DE LEI 6520/2025

PROTOCOLO Nº 683/2025

DATA: 16/07/2025



DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO
MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Esta Lei rege a Estrutura Organizacional Administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeira, representada por seus **órgãos e unidades funcionais**, também os cargos em comissão que define.

Parágrafo único. Para atender a estrutura administrativa, ficam criados cargos de provimento em comissão com nomenclatura e simbologia definidos no Anexo I, apresentados em número de vagas, carga horária e vencimentos, conforme previsão dada pelo Anexo II, ambos integrantes desta Lei.

TÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. A ação do Governo Municipal tem como objetivo o desenvolvimento do Município com o aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento de suas atividades integrantes de políticas públicas.

§ 1º O planejamento das atividades da administração municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas neste título, traçadas através da elaboração e manutenção atualizadas dos seguintes instrumentos legais:

- I – Plano Plurianual;
- II – Diretrizes Orçamentárias;
- III – Orçamento Anual.

§ 2º A elaboração e execução do planejamento das atividades integrantes das políticas públicas terá consonância com os planos e programas do Governo do Estado e dos órgãos da Administração Federal e ainda atendendo as necessidades locais do Município de Palmeira.

Art. 3º. A ação do Município em áreas assistidas pela atuação do Estado ou da União será complementar, se necessária, e buscará mobilizar recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis.

Art. 4º. A Administração Pública Municipal, além dos controles formais concernentes à obediência a preceitos legais e regulamentares, deverá dispor de instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados sobre a atuação de seus diversos órgãos e agentes, envolvendo metas e indicadores, com o fim de atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas.



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 5º. A Administração Pública Municipal recorrerá, sempre que admissível e aconselhável, a execução de obras e serviços mediante contrato de concessão, permissão ou convênios com pessoas, entidades ou organizações de direito público ou particular, de forma a evitar novos encargos permanentes e ampliação desnecessária de sua estrutura administrativa.

Art. 6º. Na elaboração e execução de seus programas, a Administração Pública Municipal, estruturada por **órgãos e unidades**, estabelecerá critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra ou serviço de atendimento do interesse coletivo.

Art. 7º. Para desenvolver as suas atividades legais e constitucionais, o Poder Executivo do Município de Palmeira dispõe de **unidades organizacionais próprias da administração direta e indireta**, integradas segundo setores de atividades relativas às metas e objetivos que devem conjuntamente buscar atingir.

§ 1º Auxiliarão o Prefeito Municipal, no exercício do Poder Executivo, o Chefe de Gabinete, o Controlador-Geral, o Procurador-Geral e os Secretários Municipais, e a estes os Diretores de Departamento, Chefes e Assessores.

§ 2º A Administração Direta compreende o exercício das atividades de administração pública municipal, executadas diretamente pelos seguintes **órgãos administrativos**:

I - Gabinete do Prefeito;

II – Controladoria-Geral do Município, com a finalidade de controlar, fiscalizar e prestar orientação normativa ao Poder Executivo;

III – Procuradoria-Geral do Município, com a finalidade de prestar assistência jurídica aos órgãos do Poder Executivo;

IV - Secretarias Municipais de natureza meio e fim, órgãos de primeiro nível hierárquico, para o planejamento, comando, coordenação, execução, controle fiscalização, e orientação normativa da ação do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. A Administração Indireta integrante do Poder Executivo Municipal, compreende as entidades tipificadas na legislação nacional, a saber:

I - Autarquia;

II - Fundação;

III - Empresa Pública;

IV - Sociedade de Economia Mista.

Art. 9º. A estrutura organizacional administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeira fica ordenada da seguinte forma:

I - Órgão de Assistência Imediata ao Prefeito;

a. Gabinete do Prefeito - GAPREF;

II - Órgãos Colegiados, Consultas e Aconselhamento:

a. Conselhos Municipais;

III - Órgãos de Assessoramento:

a. Controladoria-Geral do Município – CGM;

b. Procuradoria-Geral do Município – PGM;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

IV - Secretarias Municipais de Natureza Meio:

- a. Secretaria Municipal de Finanças – SMF;
- b. Secretaria Municipal de Gestão Pública – SMGP;

V - Secretarias Municipais de Natureza Fim:

- a. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SMAP;
- b. Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;
- c. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação – SMCC;
- d. Secretaria Municipal de Educação – SMED;
- e. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL;
- f. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC;
- g. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;
- h. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI;
- i. Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
- j. Secretaria Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico – SMTPH;
- k. Secretaria Municipal de Urbanismo – SMUR.

Art. 10. Os órgãos administrativos da Estrutura Organizacional Administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeira são classificados conforme os seguintes níveis:

I - Nível de Assistência Imediata ao Prefeito, exercida pelo Chefe de Gabinete;

II - Nível de Direção Superior, representado pelo Controlador-Geral do Município, pelo Procurador-Geral do Município e pelos Secretários Municipais, com funções relativas à liderança, articulação e controle de resultados da área de atividades;

III - Nível de Direção Geral, Chefias e Assessoramento, representado pelos Diretores dos Departamentos, Chefias e Assessores Técnicos, com as funções de elaboração e desenvolvimento de programas e projetos de caráter permanente ou transitório, inerentes à finalidade do órgão.

Art. 11. Os cargos de Secretário Municipal, Controlador-Geral do Município, Procurador-Geral do Município e aqueles de Direção Geral das Secretarias indicadas neste Título I, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, têm seus vencimentos fixados sob a forma de subsídio, com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, não estando sujeitos ao regime previdenciário próprio do município, exceto quando ocupados por servidores efetivos.

Parágrafo único. É da competência das unidades funcionais, denominadas de Departamentos, atuar no âmbito operacional, de acordo com as disposições regimentais, com atribuições específicas pertinentes às Secretarias Municipais a que estão subordinadas.

Capítulo II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 12. A representação gráfica e a nomenclatura da estrutura organizacional básica fixada neste Título é a constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 13. A denominação e localização estrutural dos órgãos e unidades administrativas que integram a estrutura organizacional da Administração Direta, indicados no Título I desta Lei, serão estabelecidas de modo a assegurar o sentido hierárquico, a natureza predominante das suas finalidades e a uniformidade de nomenclatura.

TÍTULO II
ÁREA DE COMPETÊNCIA DAS UNIDADES INTEGRANTES DA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Capítulo I
ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA AO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO – GAPREF

Art. 14. Ao Gabinete do Prefeito compete assistir diretamente ao Prefeito no desempenho de suas atribuições, coordenar em conjunto com a Secretária de Gestão Pública o relacionamento entre o Prefeito com o Poder Legislativo, autoridades político-administrativas; coordenar, supervisionar e assegurar a execução do expediente e das atividades do Prefeito; agendar o atendimento e os contatos do Prefeito com os cidadãos e setores sociais e governamentais em geral, entidades públicas e privadas, demais órgãos e unidades da administração municipal, associações de classe e municípios em geral, representando-o quando necessário em solenidades e atos oficiais; a destinação das correspondências encaminhadas ao prefeito, desempenho das demais tarefas que forem determinadas pelo chefe do executivo municipal. Administrar as dependências do Gabinete do Prefeito e zelar, em conjunto com a Secretaria de Gestão Pública, pela guarda dos documentos oficiais; coordenar atividades de apoio às ações do Governo Municipal, gerenciando o atendimento aos pedidos de informações de ambos os poderes, interagindo permanentemente com o Líder do Governo e oferecendo suporte à sua ação junto ao Poder Legislativo Municipal;

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito, na qualidade de Órgão de Assistência Imediata, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal é composto pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Chefia de Gabinete;

a) Chefe de Gabinete;

II - Diretoria-Geral;

a) Diretor de Geral de Gabinete;

b) Assessor de Geral de Gabinete;

II - Diretoria de Atendimento;

a) Diretor de Atendimento;

b) Assessor de Atendimento;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

III - Diretoria de Captação de Recursos;

- a) Diretor de Captação de Recursos;

IV - Diretoria de Defesa Civil;

- a) Diretor de Defesa Civil;
b) Assessor de Defesa Civil.

Capítulo II
CONSELHOS MUNICIPAIS SETORIAIS

Art. 15. Aos Conselhos Municipais Setoriais compete o aconselhamento ao Prefeito nas questões concernentes às áreas de atividades próprias, nos termos da legislação que regula suas competências e atribuições.

§ 1º Não será remunerada a participação em reuniões dos órgãos colegiados de consulta e aconselhamento, exceto quando lei nacional ou estadual específica dispuser em sentido contrário.

§ 2º Os serviços prestados pelos membros dos órgãos colegiados de consulta e aconselhamento serão considerados como relevantes para o interesse da comunidade.

Capítulo III
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

SEÇÃO I
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

Art. 16. A Controladoria-Geral do Município, em estrutura e competências, se encontra definida conforme os termos da Lei Complementar n.º 29, de 29 de setembro de 2023 e na qualidade de Órgão de Assessoramento é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Controladoria-Geral – Chefia;

- a) Controlador-Geral do Município;

II - Departamento de Controle e Auditoria;

- a) Diretor de Controle e Auditoria;
b) Assessor de Apoio Setorial de Controle Interno – Secretarias;

III – Ouvidora-Geral;

- a) Ouvidor-Geral do Município.

SEÇÃO II
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 17. A Procuradoria Geral do Município, em estrutura e competências, se encontra definida conforme os termos da Lei Complementar n.º 27, de 13 de junho de 2023 e na qualidade de Órgão de Assessoramento é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Procuradoria-Geral – Chefia;

- a) Procurador-Geral do Município;
- b) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral;

II - Departamento de Apoio Técnico e Administrativo – PRCON;

- a) Diretor de Apoio Técnico e Administrativo;
- b) Assessor de Publicação;
- c) Assessor Jurídico de Atividade de defesa do consumidor;

III - Departamento de Assuntos Jurídicos – PRJ;

- a) Diretor de Assuntos Jurídicos;
- b) Assessor Jurídico;

IV - Diretoria de Execuções Fiscais – PRF;

- a) Diretor de Execuções Fiscais;
- b) Assessor Jurídico.

Capítulo IV

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NATUREZA MEIO

SEÇÃO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SMF

Art. 18. À Secretaria Municipal de Finanças, compete executar e/ou exercer as atividades relativas à política econômica, financeira e tributária do Município com a estruturação e definição de estudos específicos, indicadores e aprimoramento constante dos fluxos de trabalho; atividades de lançamento, fiscalização, arrecadação dos tributos e demais receitas municipais; receber, pagar, guardar e movimentar as finanças e outros valores pertencentes ao Município; supervisionar e controlar os investimentos, bem como a capacidade de endividamento do Município; estudar e consolidar os orçamentos do Município e a Lei Orçamentária Anual, de acordo com as diretrizes orçamentárias; realizar estudos para a viabilização das operações de crédito do Município; determinação do cronograma financeiro do desembolso para programas, projetos e atividades do governo; proceder o acompanhamento e controle da receita municipal; controlar e acompanhar a execução da despesa pública municipal, inclusive a emissão de empenhos; elaborar relatórios de acompanhamento de acordo com a legislação, referentes a receita e despesa pública municipal; controlar a movimentação e saldos bancários; validar a documentação para pagamento de despesas orçamentárias e extraorçamentárias; controlar a escrituração contábil e financeira do Município e liquidação e o pagamento de despesas; elaborar balancetes, demonstrativos e balanços; publicar informativos financeiros determinados pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal; prestar anualmente contas e cumprir



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

as exigências do controle interno; orientar às unidades do Município em assuntos financeiros; Planejar, administrar e executar as políticas de fiscalização, arrecadação, tributação e atendimento aos contribuintes; coordenar ações voltadas a maximização da receita tributária do município; analisar, racionalizar e otimizar as rotinas processuais das unidades administrativas internas; propor normas legais e disponibilização de sistemas de informações, sejam internos ou via internet, que permitam o bom desempenho dos processos administrativos e fiscais, garantindo agilidade e o bom atendimento aos contribuintes; elaborar relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas; coordenar ações administrativas e fiscais tributárias dos cadastros mobiliários e imobiliários, visando o incremento da arrecadação municipal e combatendo a evasão fiscal e renúncia de receitas; controlar e executar as cobranças administrativas em dívida ativa e os consequentes encaminhamentos para os procedimentos extrajudiciais dos débitos não liquidados; disciplinar o comércio, indústria e prestadores de serviços quanto a concessão do alvará de funcionamento e sua renovação ou revogação quando necessário, prezando a consonância com as legislações; exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças, na qualidade Órgão Administrativo de natureza meio é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

- I - Secretaria Municipal de Finanças – Chefia;**
 - a) Secretário Municipal de Finanças;**
- II - Departamento de Contabilidade, Finanças e Orçamento;**
 - a) Diretor de Contabilidade, Finanças e Orçamento;**
 - b) Assessor de Contabilidade e Finanças;**
 - c) Assessor de Liquidação;**
- III - Departamento de Arrecadação Imobiliária;**
 - a) Diretor de Arrecadação Imobiliária;**
 - b) Assessor de Rendas Imobiliárias;**
- IV - Departamento de Arrecadação Mobiliária;**
 - a) Diretor de Arrecadação Mobiliária;**
 - b) Assessor de Rendas Mobiliárias;**
- V - Departamento Dívida Ativa;**
 - a) Diretor de Dívida Ativa;**
 - b) Assessor de Dívida Ativa.**

SEÇÃO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA – SMGP

Art. 19. A Secretaria Municipal de Gestão Pública é o órgão que tem por finalidade exercer as atividades relacionadas à prestação de serviços necessários ao funcionamento regular das unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, de forma centralizada, visando à concentração de esforços técnicos e aplicação correta do tempo do Executivo às finalidades específicas, padronizando e relacionando equipamentos e materiais, combatendo desperdícios e reduzindo custos operacionais, sendo de sua



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

competência executar e/ou exercer as atividades relativas a expediente, documentação, receber, distribuir e controlar o andamento e arquivamento definitivo de documentos e atos oficiais do Município; coordenar e executar os serviços de protocolo e o serviço de informação ao cidadão - SIC - em conformidade com a Lei Municipal nº 4.076/2016; admissão, contratação, posse, lotação de pessoal sob qualquer regime jurídico, treinamento e controles funcionais, atividades relacionadas aos servidores; elaboração da folha de pagamento e controle de atos formais de pessoal; movimentação do SIM-AP e registro e prestação de contas das informações dos servidores junto ao sistema do Tribunal de Contas, controle de contratação de estagiários e executar a política geral de recursos humanos, compreendendo a uniformização da concessão de benefícios, gerir plano de carreiras, executar a avaliação de desempenho e a implementação da política salarial; realocar ou alienar materiais de consumo ou permanentes, ociosos ou inservíveis, com o controle dos bens móveis e imóveis do Município; realizar a integração política e administrativa dos representantes dos diversos órgãos da Administração e acompanhar o cumprimento de tarefas especiais estipuladas pelo Prefeito; zelar em conjunto com a Procuradoria Geral do Município pela legalidade e legitimidade dos atos do Governo; encaminhar ao Chefe do Poder Executivo questões supra secretarias, inclusive as de natureza conflitante; desempenhar, quando autorizado por escrito pelo Prefeito, missões específicas, inclusive diligências e inspeções em órgãos da Administração Direta e Indireta; subsidiar os processos decisórios da Administração Municipal; promover em conjunto com Chefe de Gabinete a articulação institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo e entre entidades da Sociedade Civil e Conselhos instituídos por Lei, com atuação em áreas temáticas ou setoriais das Políticas Públicas; acompanhar e estimular o fortalecimento dos Conselhos, Associações de Bairros ou de Moradores e Fóruns Municipais, mediante promoção de ações de formação e valorização; dar manutenção a rede lógica, rede de telefonia e de equipamentos de informática, provendo condições de operacionalização aos softwares e/ou aplicativos; promover a operacionalização, controle e acompanhamento dos serviços de telefonia, reprografia, zeladoria, copa, vigilância, limpeza e conservação do edifício sede do Poder Executivo; promover a recepção, operacionalização, controle e acompanhamento da distribuição das correspondências oficiais; implementar políticas de segurança pública; estabelecer, operacionalizar e controlar sistema estratégico de compras e licitações para todos os órgãos administrativos que compõem a Administração Direta; exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão Pública, na qualidade Órgão Administrativo de natureza meio é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Gestão Pública – Chefia;

- a) Secretário Municipal de Gestão Pública;**

II - Departamento de Administração;

- a) Diretor de Administração;**
- b) Assessor de Protocolo;**
- c) Assessor de Gerenciamento e Transparência;**
- d) Assessor-Geral de Administração;**

III - Departamento Recursos Humanos;

- a) Diretor de Recursos Humanos;**
- b) Assessor de Provimento de Pessoal;**
- c) Assessor de Seleção e Treinamento;**



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

IV - Departamento de Compras e Licitações;

- a) Diretor de Compras e Licitações;**
- b) Assessor de Cadastros e Compras;**

V - Departamento de Patrimônio Imobiliário;

- a) Diretor de Patrimônio Imobiliário;**
- b) Assessor de Imobiliário;**

VI - Departamento de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário;

- a) Diretor de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário;**
- b) Assessor de Mobiliário;**

VII - Departamento de Tecnologia da Informação;

- a) Diretor de Tecnologia da Informação;**
- b) Assessor de TI.**

Capítulo V

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NATUREZA FIM

SEÇÃO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SMAP

Art. 20. À Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária compete articular estudos e pesquisas destinados à execução do Plano Diretor visando o desenvolvimento urbano e rural municipal; executar a política municipal da agricultura e abastecimento; promover os serviços de mecanização agrícola, serviços relativos à inspeção de produtos de origem animal e as atividades voltadas para o incentivo e fortalecimento das iniciativas de agronegócio no Município; incentivar e fomentar tecnologias de irrigação e drenagem; participar de atividades de pesquisa em hortifruti cultura e floricultura; cooperar com outras entidades na produção de mudas de espécies florestais, frutíferas e floríferas; estimular organização dos produtores rurais em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas; prestar assistência técnica aos produtores rurais; estudar, projetar, administrar, produzir, distribuir, organizar e incentivar a comercialização da produção de pequenos produtores; pelo incentivo e estabelecimento do cooperativismo; pelo incremento de feiras e exposições; administração do abatedouro municipal, mercados, feiras livres e parque de exposições; produzir materiais auxiliares para suas atividades principais; assistência técnica dos serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária; pela promoção e articulação de medidas de abastecimento e criação de facilidades concernentes a insumos básicos; pela aplicação e ou fiscalização de disposições normativas de defesa vegetal e animal; promoção de medidas, em articulação com outras esferas do governo; pela melhoria de vida dos trabalhadores da zona rural; pela promoção e participação em ações voltadas à fixação do homem do campo; pelas ações voltadas a programas de conservação do solo; desenvolver projetos e dar apoio para a regularização fundiária em todos os aspectos legais; fomentar os meios e iniciativas que minimizem a questão do desemprego e aumentem a circulação de renda necessária ao crescimento do Município e exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal Agricultura e Pecuária – Chefia;

a) Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária;

II - Departamento de Projeto e Produção de Programa;

a) Diretor de Projeto e Produção de Programa;

b) Assessor de Produção e Abastecimento;

III - Departamento de Agricultura e Pecuária;

a) Diretor de Agricultura e Pecuária;

b) Assessor de Agricultura Familiar;

c) Assessor de Produção e Abastecimento.

SEÇÃO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS

Art. 21. À Secretaria Municipal de Assistência Social compete a articulação e implementação de políticas públicas voltadas a promoção, proteção e defesa dos direitos sociais e humanos, em especial de crianças e adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, entre outros grupos sociais considerados mais vulneráveis, com objetivo de garantir a conquista de seus direitos, o exercício da cidadania, a transformação social, a emancipação do ser humano, a construção de uma realidade mais justa e igualitária, viabilização do acesso à justiça, à documentação básica, à alimentação adequada, entre outros serviços sociais básicos; implantação e desenvolvimento das políticas sociais que contribuam para a melhoria de vida da população; assegurar a maior participação da população de baixa renda nos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos pelo Governo Municipal; promover, coordenar, orientar, executar a política municipal de assistência social, segundo as diretrizes do Governo Federal e Estadual, de forma harmônica e integrada, compatibilizando as atividades com os órgãos da esfera Federal e Estadual, no sentido de reduzir as atividades paralelas, como forma de promover o melhor aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos; a execução de planos e programas sociais que atendam os diversos segmentos da população; apoiar técnica e financeiramente entidades não-governamentais da rede sócio assistencial, proceder levantamento de recursos da comunidade que possam ser utilizados em parceria; incentivar a formação de associações de bairros, comunidades rurais e outras formas associativas de participação, promover as relações do Executivo com a comunidade, associações de moradores e entidades religiosas; promoção de campanhas educativas, informativas, conscientizadoras e preventivas, visando ao bem estar da população; efetuar o cadastro técnico-social destinado à projetos habitacionais; realizar parcerias para a execução de ações de promoção da integração ao mercado de trabalho, proteção e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à aplicação de recursos destinados a área social e execução de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

I - Secretaria Municipal de Assistência Social – Chefia;

a) Secretário Municipal de Assistência Social;

II - Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa;

a) Diretora da Mulher e da Pessoa Idosa;

b) Assessor de Assuntos de Proteção à Pessoa Idosa;

c) Assessora de Assuntos de Proteção à Mulher;

III - Departamento de Proteção Social;

a) Diretor de Proteção Social;

b) Assessor de Proteção Social Básica;

c) Assessor de Proteção Social Especial;

d) Assessor de Gestão do Cadastro Único e Bolsa Família.

IV - Departamento de Gestão do SUAS;

a) Diretor de Gestão do SUAS;

b) Assessor de Administração de Gestão do SUAS.

SEÇÃO III

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO – SMCC

Art. 22. À Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação compete planejar, executar e orientar as ações de comunicação institucional, educativa e de utilidade pública do Município de Palmeira, objetivando a uniformização dos conceitos e procedimentos de comunicação; coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos e unidades da Administração Direta; promover a divulgação de atos e atividades do Governo Municipal; manter, operacionalizar e controlar o Diário Oficial do Município em meio eletrônico; manter, operacionalizar e controlar o conteúdo do sítio eletrônico oficial do Município de Palmeira e a comunicação eletrônica por redes sociais; organizar, elaborar, acompanhar o calendário oficial do Município de Palmeira; organizar, operacionalizar, controlar e acompanhar as atividades de artes sonoras e cênicas; promover e apoiar manifestações culturais, objetivando o desenvolvimento das comunidades urbanas e rurais do município; incentivar, divulgar e acompanhar programas sócio culturais; promover cursos, concursos, exposições e eventos que promovam, valorizem e difundam as manifestações culturais locais; propor ao Chefe do Executivo Municipal convênios com instituições culturais de natureza oficial e/ou particular; promover articulação com os demais órgãos municipais, bem como com órgãos estaduais e federais em matéria de legislação e política cultural; orientar e supervisionar o funcionamento da Biblioteca Municipal, do Cine Teatro Municipal e Centro Municipal de Cultura; elaborar, coordenar, executar e apoiar programas para promoções cívicas, artísticas, culturais do Município; promover e incentivar o artesanato local; executar as demais atividades pertinentes a sua área de atuação, em conjunto com a política da juventude na transversalidade com as áreas afins a essa secretaria e demais órgãos que compõem o governo municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação – Chefia;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

a) Secretário Municipal de Cultura e Comunicação;

II – Departamento de Cultura;

a) Diretor de Cultura;

b) Assessor de Cultura;

III – Departamento de Comunicação;

a) Diretor de Comunicação;

b) Assessor de Comunicação Externa;

c) Assessor de Mídias Eletrônicas.

SEÇÃO IV
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMED

Art. 23. À Secretaria Municipal de Educação compete elaborar, implantar e gerir políticas públicas educativas que garantam o desenvolvimento intelectual, físico, social, econômico, político e cultural, promovendo o desenvolvimento Humano e Social do Município; estar em consonância com as Leis, diretrizes e normas vigentes a fim de assegurar a estabilidade legal de toda estrutura educacional; ofertar "Qualidade Educacional com professores qualificados na área, através do Plano de Formação Continuada"; possibilitar estrutura física adequada à demanda de alunos do município; garantir a oferta da merenda escolar; prestar serviço de transporte escolar que dele necessitem; estar compatível no Censo Escolar; solicitar, adquirir, conservar e distribuir materiais para as escolas; zelar e organizar os registros e documentação do patrimônio da rede dos sistema de ensino; estar atenta a programas do Governo Federal que sejam compatíveis com as necessidades da demanda social e educacional do momento; gerenciar o fluxo financeiro decorrente de todas as transferências Federais, Estaduais e Municipais, assim como prestar contas com exatidão no processo; construir processos pedagógicos, curriculares e avaliativos centrados na melhoria das condições de aprendizagem através do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular; estabelecer competências e as responsabilidades da rede escolar analisando o contexto social e histórico regional de cada Escola; desenvolver o Plano Municipal de Educação; oficializar ações Democráticas da rede ou do sistema de ensino, através de Conselhos, Parcerias e ações junto aos movimentos sociais; revitalizar o Estatuto do Magistério de acordo com as Leis vigentes; gerir o plano de carreira do magistério; participar de todas as datas comemorativas de relevante importância, estar em consonância com as demais Secretarias para desenvolver projetos e outras atividades que fortaleçam o desenvolvimento social; organizar e estabelecer ações interativas e democráticas junto a Rede de Ensino em um sistema de consciência evolutiva permanente.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Educação – Chefia;

a) Secretário Municipal de Educação;

II – Departamento Administrativo;

a) Diretor Administrativo;

b) Assessor de Secretaria Escolar;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- c) Assessor de Estrutura e Funcionamento;
- d) Assessor de Controle e Almoxarifado;
- e) Assessor de Prestação de Contas;

III – Departamento de Educação;

- a) Diretor de Educação;
- b) Assessor Pedagógico do Ensino Fundamental;
- c) Assessor Pedagógico da Educação Infantil;
- d) Assessor Pedagógico de Educação Física;
- e) Assessor de Projetos Educacionais;
- f) Assessor de Educação Especial e Inclusão;

VI – Departamento de Planejamento e Organização;

- a) Diretor de Planejamento e Organização;
- b) Assessor de Alimentação Escolar;
- c) Chefe do Transporte Escolar
- d) Assessor de Execução de Logística e Transporte Escolar.

SEÇÃO V
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SMEL

Art. 24. À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer compete promover, incentivar e desenvolver com regularidade atividades relativas ao esporte, recreação e lazer do município; promover certames e torneios esportivos escolares, municipais e intermunicipais; estabelecer a política de recreação e lazer; orientação e iniciação esportiva visando a integração social e desenvolvimento psicomotor da criança e do adolescente; instalar, implantar e manter centros desportivos, recreativos e de lazer; aprovar e executar programas recreativos, desportivos e de lazer; executar reparos e manutenção dos instrumentos públicos de esporte, recreação e lazer; promover parcerias com órgãos públicos e privados para a realização de eventos, programas e projetos de recreação, lazer e esportes; elaborar o calendário oficial de eventos esportivos do Município de Palmeira; exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Chefia;

- a) Secretário Municipal de Esporte e Lazer;

II – Departamento de Esporte e Lazer;

- f) Diretor de Esporte e Lazer;
- g) Assessor de Esporte;
- h) Assessor de Recreação.

SEÇÃO VI
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SMIC



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 25. À Secretaria Municipal de Indústria e Comércio compete articular estudos e pesquisas destinados à execução do Plano Diretor visando o desenvolvimento urbano e rural municipal; estimular e apoiar o processo de desenvolvimento econômico das iniciativas privadas relacionadas com o setor industrial, comercial e de serviços; liderar campanhas em nível macrorregional que resultem em conquistas em obras de infraestrutura e o fortalecimento da economia; fomentar os meios e iniciativas que minimizem a questão do desemprego e aumentem a circulação de renda necessária ao crescimento do Município; planejar, juntamente com as secretarias municipais competentes, a instalação e ampliação de novos e/ou do Distrito Industrial, bem como a manutenção de sua infraestrutura básica; organizar através de cadastro próprio, a tipologia e estrutura das indústrias, empresas comerciais e prestadoras de serviços do Município; estudar e estruturar arranjos produtivos locais – APLS; estruturar, operacionalizar e regular políticas públicas de crédito e estrutura para o desenvolvimento econômico local; estruturar, apoiar, regular e acompanhar medidas de fortalecimento ao empreendedorismo; realizar estudos e encaminhar sugestões em minutas de projetos de leis que visem criar incentivos para as indústrias que vierem se instalar no Município ou que instaladas, tenham a intenção de ampliar-se; exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – Chefia;

a) Secretário Municipal de Indústria e Comércio;

II – Departamento de Indústria e Comércio;

a) Diretor de Indústria e Comércio;

b) Assessor de Comércio e Serviço;

c) Assessor de Desenvolvimento Econômico;

d) Diretor do Trabalho e Emprego;

e) Diretor de Inovação;

f) Assessor da Sala do Empreendedor.

SEÇÃO VII
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMMA

Art. 26. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente compete planejar, definir, implementar, coordenar e controlar a política municipal de proteção ao meio ambiente; estabelecer procedimentos para a realização e aprovação de relatórios de impacto ambiental; conceder licenciamento para a localização, instalação e operação, bem como fiscalizar, monitorar e ampliar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras; laborar e atualizar cadastro municipal das fontes de poluição; conceder registros e expedir licenças para a exploração de recursos naturais; dar apoio e orientação ao consumidor em articulação com outros órgãos municipais e estaduais visando conscientizar para o consumo responsável; dar incentivo à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente; estabelecer normas visando a criação,



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

conservação e regeneração de áreas consideradas como de preservação ambiental; coordenar e manejar viveiros e/ou hortos municipais; assistir à área de educação ambiental; desenvolver ações visando dar o correto destino aos resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos gerados nos domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais, bem como aos resíduos hospitalares; impor notificações, multas e restrições por danos causados ao meio ambiente nos termos da legislação em vigor; desenvolver ações para diminuir, regular e restringir os níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora e estética, através de controle, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes; estabelecer parcerias, convênios, termos de cooperação, consórcios e outros instrumentos que contribuam para desenvolver as políticas de proteção ambiental; gerenciar o uso dos Cemitérios Municipais; manter os passeios, parques e praças – bens públicos de uso comum – em perfeitas condições de uso; coordenar, operacionalizar, regular e acompanhar o controle de animais de rua no perímetro urbano; exercer demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Chefia;

a) Secretário Municipal de Meio Ambiente;

II – Departamento de Saneamento Ambiental;

a) Diretor de Saneamento Ambiental;

b) Assessor de Meio Ambiente;

III – Departamento de Recursos Hídricos;

a) Diretor de Recursos Hídricos;

b) Assessor de Recursos Hídricos;

III – Departamento de Proteção e Bem-estar Animal;

a) Diretor de Proteção e Bem-estar Animal;

b) Assessor de Proteção e Bem-estar Animal.

SEÇÃO VIII

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SMOI

Art. 27. À Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura compete construir e conservar instalações e obras públicas municipais; construir, pavimentar, manter e conservar as estradas municipais rurais e das vias urbanas; construir galerias de águas pluviais, de drenagem e canalização de córregos; organizar e a manter os serviços relativos à iluminação pública; administrar e controlar a utilização de máquinas, equipamentos e veículos pesados do Município de Palmeira e os serviços de manutenção dos mesmos; organizar, controlar e a fiscalizar os serviços de varrição, capinas, limpeza de vias e logradouros públicos; implantar sinalização nas vias sob sua jurisdição; coordenar, executar, regular e controlar os convênios com órgãos federais e estaduais relativos a regulamentação de trânsito; fiscalizar, autuar e aplicar medidas administrativas cabíveis, por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro; coordenar os sistemas de juntas administrativas de recursos de infrações; desenvolver programas locais e participar



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

em programas nacionais e estaduais da educação e segurança de trânsito; regulamentar, controlar e fiscalizar a implantação e operação do estacionamento rotativo nas vias públicas municipais, coordenar os serviços de emplacamentos, licenciamento e transferência de veículos no Município, gerenciar e controlar a frota de veículos de todas as unidades da administração Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Chefia;

a) Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;

II – Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana;

a) Diretor de Obras e Infraestrutura Urbana;

b) Assessor de Administração e Atendimento;

c) Assessor de Serviços Urbanos;

III – Chefia de Administração da Frota;

a) Chefe de Administração da Frota;

b) Assessor de Manutenção Veicular;

IV – Departamento de Infraestrutura Rural;

a) Diretor de Infraestrutura Rural;

b) Assessor de Estradas Rurais;

V – Departamento de Segurança e Trânsito;

a) Diretor de Segurança e Trânsito;

b) Assessor de Trânsito.

SEÇÃO IX

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Art. 28. A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão público do governo municipal responsável pela direção do Sistema Único de Saúde - SUS e atua garantindo a universalidade, a equidade e a integralidade das ações e serviços de saúde, visando o melhor uso dos recursos técnicos, humanos e financeiros, possibilitando a promoção, proteção e recuperação da saúde dos munícipes com qualidade e humanização no atendimento.

§ 1º À Secretaria Municipal de Saúde compete:

I - Definir e programar as políticas municipais de Saúde; em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Governo, no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde - APSUS, na legislação municipal, estadual e federal específica, observando, ainda, as orientações e deliberações do Conselho Municipal de Saúde;

II - Gerenciar os recursos financeiros alocados no Fundo Municipal de Saúde, de acordo com legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Planejar e gerenciar as ações e serviços de sua competência de modo a conservar a saúde e a interferir nos fatores de agravos à saúde da população;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

IV - Garantir o enfoque de ação programática fundamentada na lógica Epidemiológica e no risco à saúde, desenvolvendo ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação de forma integrada com as ações e serviços de saúde;

V - Propor e gerenciar convênios com instituições públicas ou privadas consoante com os objetivos que definem as políticas públicas de saúde;

VI - Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico junto aos órgãos competentes;

VII - Controlar e fiscalizar, no âmbito municipal, todos os serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Saúde – Chefia;

a) Secretário Municipal de Saúde;

II – Departamento de Gestão em Saúde;

a) Diretor de Gestão em Saúde;

b) Assessor de Gestão em Saúde;

c) Assessor de Finanças, Prestação de Contas e Recursos;

d) Assessor de Programas e Projetos Estratégicos;

e) Assessor de Recursos Humanos;

III – Departamento de Atenção Primária;

a) Diretor Atenção Primária;

b) Assessor de Atenção Primária;

c) Assessor de Saúde Bucal;

d) Assessor de Vigilância em Saúde;

e) Assessor Atenção Integral a Saúde;

IV – Departamento de Atenção Secundária;

a) Diretor Atenção Secundária;

b) Assessor de Atenção Secundária;

c) Assessor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

d) Assessor de Regulador;

e) Assessor de Atenção domiciliar;

f) Chefe de Transporte;

g) Assessor do Transporte de Urgências e Emergências.

SEÇÃO X

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Art. 29. À Secretaria Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico compete planejar, executar e orientar as ações para promover os eventos turísticos do Município de Palmeira; incentivar o turismo receptivo, turismo cultural, turismo rural, de eventos e o



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

ecoturismo; estimular e apoiar as iniciativas privadas ligadas ao serviço de turismo e de recuperação e conservação de pontos turísticos de relevância municipal; promover as políticas públicas de proteção ao patrimônio histórico; sugerir medidas visando a valorização e a recuperação do patrimônio cultural (histórico, artístico, arquitetônico e natural); orientar e supervisionar o funcionamento do Museu Histórico de Palmeira; executar as demais atividades pertinentes a sua área de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico – Chefia;

a) Secretário Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico;

II – Departamento de Turismo e Patrimônio Histórico;

a) Diretor de Turismo e Patrimônio Histórico;

b) Assessor de Turismo e Patrimônio Histórico.

SEÇÃO XI

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – SMUR

Art. 30. À Secretaria Municipal de Urbanismo compete organizar, regular, controlar e acompanhar as diretrizes do Plano Diretor; planejar a organização municipal mediante a orientação normativa, metodológica e sistemática aos demais órgãos da administração; elaborar projetos e programas dos planos de governo; planejar a pesquisa de dados e informações técnicas urbanísticas, sua consolidação, análise e divulgação sistemática entre os diversos órgãos públicos e a comunidade; atualizar cadastro técnico municipal e sistema cartográfico; fiscalizar a aplicação da legislação relativa ao uso do solo, loteamentos, código de obras e postura; analisar, vistoria e fiscalizar projetos de obras e edificações públicas e particulares; fiscalizar obras já construídas; atender e orientar o público na aprovação e regularização de obras e edificações; conceder e revogar licenças para construção, fornecer certidões, expedir Habite-se; controlar loteamentos e fiscalizar ocupações e construções clandestinas e/ou irregulares; desenvolver programas e projetos de habitação de interesse social, bem como elaborar legislação específica e buscar parcerias entre governo federal, governo estadual, cooperativas, associações e com o setor privado no intuito de viabilizar a realização dos projetos; coordenar e articular a política de desenvolvimento integrado do Município no âmbito urbano e rural, através do Plano Diretor, cumprindo a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana; formular a política de desenvolvimento urbano do Município; elaborar projetos e orçamentos técnicos nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, diretamente ou por execução indireta; propor políticas de investimento dos recursos públicos em infraestrutura; promover a integração das políticas do Município com os órgãos da esfera Estadual e Federal na captação de recursos; viabilizar projetos de acesso à rede mundial de computadores para a população em geral; conceder ou permitir a exploração dos serviços públicos de transporte coletivo, regulamentar e fiscalizar sua execução; regulamentar os serviços de transporte de passageiros individuais e coletivos como: táxis, UBER, fretamento, transporte de carga e motofrete; propor tarifas e outros preços públicos remuneratórios dos serviços públicos sobre sua administração; operacionalizar, regular e fiscalizar as concessões de transporte coletivo, terminal rodoviário, serviços postais, água e esgoto; executar as demais atividades pertinentes a sua área de atuação.



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Urbanismo, na qualidade Órgão Administrativo de natureza fim é composta pelas seguintes Unidades Funcionais e cargos vinculados:

I - Secretaria Municipal de Urbanismo – Chefia;

a) Secretário Municipal de Urbanismo;

II – Departamento de Urbanismo;

a) Diretor de Urbanismo;

b) Assessor de Avaliação de Projetos e Fiscalização de Obras em execução e concluídas;

c) Assessor de Gestão de Projetos, Conselhos, Territórios e Consórcios;

d) Assessor de Urbanismo e Planejamento Urbano;

e) Assessor de Habitação;

f) Diretor de Planejamento;

TÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E
DEMAIS ÓRGÃOS EQUIVALENTES

Art. 31. São atribuições de cada Secretaria Municipal, Gabinete do Prefeito, Controladoria-Geral do Município e Procuradoria-Geral do Município, através de seus titulares:

I - Promover o desenvolvimento funcional dos servidores públicos lotados no órgão e a sua integração nas propostas do Governo Municipal;

II - Despachar diretamente com o Prefeito, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;

III - Promover a administração geral da Secretaria em estreita observância das disposições legais e normativas da administração pública municipal e, quando aplicável, da estadual e federal;

IV - Programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades;

V - Assessorar ao Prefeito e outros Secretários em assuntos de sua competência;

VI - Apreciar em grau de recurso quaisquer decisões no seu âmbito;

VII - Emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua decisão;

VIII - Apresentar ao Prefeito Municipal bimestral e anualmente relatório das suas atividades base nas metas e indicadores constantes do Plano Plurianual;

IX - Promover reuniões periódicas de coordenação entre os servidores público;

X - Autorizar a expedição de certidões e atestados relativos a assuntos de sua competência;

XI - Promover a elaboração das propostas orçamentária de sua área;

XII - Atender à disciplina funcional, requisitar pessoal, serviços e meios administrativos;



MUNICÍPIO DE PALMEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

XIII - Encaminhar à Secretaria competente as propostas da Secretaria que envolvam licitações ou aquisições em geral, ainda que dispensados de licitação;

XIV - Assinar contratos/atas e termos aditivos em que a Secretaria seja parte;

XV - Responsabilizar-se pelos atos de gestão, fiscalização e controle de suas secretarias;

XVI - Desempenhar outras tarefas compatíveis com a competência legal e as determinadas pelo Prefeito.

§ 1º São atribuições dos titulares de direção reportar-se e atender o secretário municipal; representar o titular da pasta em situações peculiares inerentes ao cargo; dirigir a elaboração de cronogramas de trabalho para melhor aproveitamento de recursos humanos e economicidade dos projetos elaborados pela Secretaria Municipal, bem como fiscalizar o seu cumprimento; dirigir e supervisionar os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal; dirigir e coordenar as equipes que desenvolvem projetos junto à Secretaria Municipal, orientando e determinando os procedimentos; assessorar o secretário municipal em suas relações públicas; dirigir o processo de encaminhamento dos interessados aos órgãos competentes da Secretaria para atendimento ou solução de reivindicações; executar competências afins.

§ 2º São atribuições dos titulares de Chefia comandar as atividades sob sua responsabilidade; reportar-se e atender a direção de sua unidade administrativa; chefiar a execução e avaliação da política municipal da secretaria, em consonância com o Plano Plurianual, promover ações voltadas para o desenvolvimento atividades da secretaria; supervisionar o andamento dos processos administrativos referentes às atividades da secretaria; modernizar e executar as ações das atividades da secretaria com vistas ao desenvolvimento administrativo, social e econômico do Município; outras competências afins.

§ 3º São atribuições dos titulares de Assessoramento atender, no âmbito administrativo, aos processos e consultas que lhe forem submetidos pelo Prefeito, Secretários e Diretores das Autarquias Municipais; emitir pareceres e interpretações de textos legais; confeccionar minutas contratos e outros documentos; atender a consultas, no âmbito administrativo, sobre questões jurídicas, administrativas, orçamentárias, e outras especialidades, submetidas a exame pelo Prefeito e Secretários, emitindo parecer, quando for o caso; observar as normas federais e estaduais que possam ter implicações na legislação local, à medida que forem sendo expedidas, e providenciar estudos para a adaptação desta; estudar e revisar minutas de termos de compromisso e de responsabilidade, contratos de concessão, locação, comodato, loteamento, convênio e outros atos que se fizerem necessários a sua legalização; proceder ao exame dos documentos necessários à formalização de termos, contratos, pareceres ou estudos; proceder a pesquisas pendentes a instruir processos administrativos, que versem sobre assuntos afins; exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados; representar a Municipalidade, quando investido do necessário mandato; examinar, sob aspecto jurídico, administrativo, orçamentário, estratégico ou financeiro, todos os atos praticados nas secretarias e autarquias municipais; executar outras tarefas correlatas.

§ 4º As atribuições específicas de cada cargo serão definidas por Decreto do Poder Executivo.



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 32. Fica criado o Núcleo Administrativo e Financeiro - NAF, vinculado à cada uma das Secretarias Municipais, como unidade gestora administrativa, com a competência de coordenar e executar atividades relativas às áreas de recursos humanos, orçamento, finanças, compras, patrimônio e serviços gerais, necessárias ao funcionamento das Secretarias Municipais.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. A Administração Municipal deverá promover a integração da comunidade na vida político-administrativa do Município através de órgãos coletivos, compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas de Governo e munícipes, com atuação destacada na coletividade ou com conhecimento específico da realidade local.

Art. 34. Dos cargos em comissão existentes, 50% (cinquenta por cento) deverão, obrigatoriamente, ser providos por servidores municipais efetivos e/ou detentores de emprego público, desde que contratados em virtude de aprovação em concurso público, na forma da Lei, excetuando-se deste percentual os Secretários Municipais.

Parágrafo Único. O servidor efetivo, estatutário ou empregado público, ocupante de Cargo em Comissão poderá optar pelo vencimento do cargo para o qual foi designado ou pelo vencimento do cargo que ocupa acrescido de Função Gratificada de 30% (trinta por cento) do valor do vencimento do cargo em comissão para o qual foi designado, não incidindo contribuição previdenciária sobre a gratificação concedida em nenhuma das hipóteses.

Art. 35. As despesas de implantação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente.

Art. 36. Cada secretário é responsável pela manutenção da atualização das atribuições de sua secretaria municipal, com o auxílio da Procuradoria-Geral do Município, visando a efetiva aplicabilidade da legislação que lhe é pertinente.

Art. 37. Cada secretário é responsável pela atualização, manutenção e controle do patrimônio público pertencente à sua secretaria, devendo seguir as orientações do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário quanto ao inventário, recebimento de bens, realocação física de bens e disponibilização de bens inservíveis.

Parágrafo Único. Cabe à Controladoria-Geral do Município coordenar a prestação de contas do inventário de bens móveis e imóveis.

Art. 38. Os cargos criados por esta Lei possuem atribuições administrativas, sendo seu exercício incompatível com a contagem de tempo especial e com a concessão de adicionais de insalubridade, considerando o disposto no artigo 11.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no estatuto dos servidores públicos municipais, quanto aos direitos e deveres, a todos os agentes nomeados em virtude desta Lei, naquilo que for compatível.



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2026, ficando revogada Lei nº 5.386, de 03 de setembro de 2021 e demais disposições em contrário.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho
de 2025.

ALTAMIR

SANSON:456206529

04

Assinado de forma digital por
ALTAMIR SANSON:45620652904
Dados: 2025.07.15 17:14:08
-03'00'

ALTAMIR SANSON

Prefeito do Município de Palmeira



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I - DOS CARGOS EM COMISSÃO
NOMENCLATURA E SIMBOLOGIA

N.	CARGO	Código CC
	1. Gabinete do Prefeito	--
1	Chefe de Gabinete	CC-03
2	Diretor de Geral de Gabinete	CC-05
3	Assessor de Geral de Gabinete	CC-06
4	Diretor de Atendimento	CC-05
5	Assessor de Atendimento	CC-06
6	Diretor de Captação de Recursos	CC-05
7	Diretor de Defesa Civil	CC-05
8	Assessor de Defesa Civil	CC-06
	2. Controladoria Geral do Município	--
9	Controlador-Geral do Município	CC-02
10	Diretor de Controle e Auditoria	CC-05
11	Assessor de Apoio Setorial de Controle Interno - Secretarias	CC-06
12	Ouvidor Geral do Município	CC-06
	3-Procuradoria-Geral do Município	--
13	Procurador-Geral do Município	CC-01
14	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral	CC-03
15	Diretor de Apoio Técnico e Administrativo	CC-05
16	Assessor de Publicação	CC-06
17	Assessor Jurídico de Atividade de defesa do consumidor	CC-04
18	Diretor de Assuntos Jurídicos	CC-05
19	Assessor Jurídico	CC-04
20	Diretor de Execuções Fiscais	CC-05
21	Assessor Jurídico	CC-04
	4. Secretaria Municipal de Finanças	--
22	Secretário(a) Municipal de Finanças	CC-01
23	Diretor de Contabilidade, Finanças e Orçamento	CC-05
24	Assessor de Contabilidade e Finanças	CC-06
25	Assessor de Liquidação	CC-06
26	Diretor de Arrecadação Imobiliária	CC-05
27	Assessor de rendas imobiliárias	CC-06
28	Diretor de Arrecadação Mobiliária	CC-05
29	Assessor de Rendas Mobiliárias	CC-06
30	Diretor de Dívida Ativa	CC-05
31	Assessor de Dívida Ativa	CC-06
	5. Secretaria Municipal de Gestão Pública	--
32	Secretário(a) Municipal de Gestão Pública	CC-01
33	Diretor de Administração	CC-05
34	Assessor de Protocolo	CC-06
35	Assessor de Gerenciamento e Transparência	CC-06
36	Assessor-Geral de Administração	CC-06
37	Diretor de Recursos Humanos	CC-05
38	Assessor de Provimento de Pessoal	CC-06
39	Assessor de Seleção e Treinamento	CC-06
40	Diretor de Compras e Licitações	CC-05
41	Assessor de Cadastros e Compras	CC-06
42	Diretor de Patrimônio Imobiliário	CC-05
43	Assessor de Imobiliário	CC-06
44	Diretor de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário	CC-05
45	Assessor de Mobiliário	CC-06
46	Diretor de Tecnologia da Informação	CC-05
47	Assessor de TI	CC-06
	6. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	--



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

48	Secretário(a) Municipal de Agricultura e Pecuária	CC-01
49	Diretor de Projeto e Produção de Programa	CC-05
50	Assessor de Produção e Abastecimento	CC-06
51	Diretor de Agricultura e Pecuária	CC-05
52	Assessor de Agricultura Familiar	CC-06
53	Assessor de Produção e Abastecimento	CC-06
	7. Secretaria Municipal de Assistência Social	--
54	Secretário(a) Municipal de Assistência Social	CC-01
55	Diretora da Mulher e da Pessoa Idosa	CC-05
56	Assessor de Assuntos de Proteção à Pessoa Idosa	CC-06
57	Assessora de Assuntos de Proteção à Mulher	CC-06
58	Diretor de Proteção Social	CC-05
59	Assessor de Proteção Social Básica	CC-06
60	Assessor de Proteção Social Especial	CC-06
61	Assessor de Gestão do Cadastro Único e Bolsa Família	CC-06
62	Diretor de Gestão do SUAS	CC-05
63	Assessor de Administração de Gestão do SUAS	CC-06
	8. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação	--
64	Secretário(a) Municipal de Cultura e Comunicação	CC-01
65	Diretor de Cultura	CC-05
66	Assessor de Cultura	CC-06
67	Diretor de Comunicação	CC-05
68	Assessor de Comunicação Externa	CC-06
69	Assessor de Mídias Eletrônicas	CC-06
	9. Secretaria Municipal de Educação	--
70	Secretário(a) Municipal de Educação	CC-01
71	Diretor Administrativo	CC-05
72	Assessor de Secretaria Escolar	CC-06
73	Assessor de Estrutura e Funcionamento	CC-06
74	Assessor de Controle e Almoxarifado	CC-06
75	Assessor de Prestação de Contas	CC-06
76	Diretor de Educação	CC-05
77	Assessor Pedagógico do Ensino Fundamental	CC-06
78	Assessor Pedagógico da Educação Infantil	CC-06
79	Assessor Pedagógico de Educação Física	CC-06
80	Assessor de Projetos Educacionais	CC-06
81	Assessor de Educação Especial e Inclusão	CC-06
82	Diretor de Planejamento e Organização	CC-05
83	Assessor de Alimentação Escolar	CC-06
84	Chefe do Transporte Escolar	CC-03
85	Assessor de Execução de Logística e Transporte Escolar	CC-06
	10. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	--
86	Secretário(a) Municipal de Esporte e Lazer	CC-01
87	Diretor de Esporte e Lazer	CC-05
88	Assessor de Esporte	CC-06
89	Assessor de Recreação	CC-06
	11. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	--
90	Secretário(a) Municipal de Indústria e Comércio	CC-01
91	Diretor de Indústria e Comércio	CC-05
92	Assessor de Comércio e Serviço	CC-06
93	Assessor de Desenvolvimento Econômico	CC-06
94	Diretor do Trabalho e Emprego	CC-05
95	Diretor de Inovação	CC-05
96	Assessor da Sala do Empreendedor	CC-06
	12. Secretaria Municipal de Meio Ambiente	--
97	Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente	CC-01
98	Diretor de Saneamento Ambiental	CC-05
99	Assessor de Meio Ambiente	CC-06



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

100	Diretor de Recursos Hídricos	CC-05
101	Assessor de Recursos Hídricos	CC-06
102	Diretor de Proteção e Bem-estar Animal	CC-05
103	Assessor de Proteção e Bem-estar Animal	CC-06
	13. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	--
104	Secretário(a) Municipal de Obras e Infraestrutura	CC-01
105	Diretor de Obras e Infraestrutura Urbana	CC-05
106	Assessor de Administração e Atendimento	CC-06
107	Assessor de Serviços Urbanos	CC-06
108	Chefe de Administração da Frota	CC-03
109	Assessor de Manutenção de Veicular	CC-06
110	Diretor de Infraestrutura Rural	CC-05
111	Assessor de Estradas Rurais	CC-06
112	Diretor de Segurança e Trânsito	CC-05
113	Assessor de Trânsito	CC-06
	14. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	--
114	Secretário(a) Municipal de Saúde	CC-01
115	Diretor de Gestão em Saúde	CC-05
116	Assessor de Gestão em Saúde	CC-06
117	Assessor de Finanças, Prestação de Contas e Recursos	CC-06
118	Assessor de Programas e Projetos Estratégicos	CC-06
119	Assessor de Recursos Humanos	CC-06
120	Diretor Atenção Primária	CC-05
121	Assessor de Atenção Primária	CC-06
122	Assessor de Saúde Bucal	CC-06
123	Assessor de Vigilância em Saúde	CC-06
124	Assessor Atenção Integral a Saúde	CC-06
125	Diretor Atenção Secundária	CC-05
126	Assessor de Atenção Secundária	CC-06
127	Assessor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	CC-06
128	Assessor de Regulador	CC-06
129	Assessor de Atenção domiciliar	CC-06
130	Chefe de Transporte	CC-03
131	Assessor do Transporte de Urgências e Emergências	CC-06
	15. Secretaria Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico	--
132	Secretário(a) Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico	CC-01
133	Diretor de Turismo e Patrimônio Histórico	CC-05
134	Assessor de Turismo e Patrimônio Histórico	CC-06
	16. Secretaria Municipal de Urbanismo	--
135	Secretário(a) Municipal de Urbanismo	CC-01
136	Diretor de Urbanismo	CC-05
137	Assessor de Avaliação de Projetos e Fiscalização de Obras em execução e concluídas	CC-06
138	Assessor de Gestão de Projetos, Conselhos, Territórios e Consórcios	CC-06
139	Assessor de Urbanismo e Planejamento Urbano	CC-06
140	Assessor de Habitação	CC-06
141	Diretor de Planejamento	CC-05

ANEXO II - DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DESCRIÇÕES, QUANTIDADES E VENCIMENTOS

NOMENCLATURA	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SIMBOLOGIA	Vencimento
Secretário Municipal	14	40	CC-01	R\$ 7.734,52



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Procurador-Geral do Município	1	40	CC-01	R\$ 7.734,52
Controlador-Geral do Município	1	40	CC-02	R\$ 7.542,16
Chefe	5	40	CC-03	R\$ 5.682,24
Assessor Jurídico	3	40	CC-04	R\$ 3.841,18
Diretor de Departamento	44	40	CC-05	R\$ 3.841,18
Assessor	74	40	CC-06	R\$ 2.347,63



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Justificativa

Encaminho o presente projeto de lei à apreciação desta Câmara Municipal, destinado a possibilitar o estabelecimento, para o ano de 2026, de novas diretrizes de aperfeiçoamento da estrutura administrativa municipal, que contribuirá para uma gestão pública de mais especializado desempenho.

O principal objetivo das modificações apresentadas, é o melhor enquadramento do Município nos Projetos dos Governos Estadual e Federal na busca de novos recursos.

Importante também ressaltar que, visando a atender às políticas de governo, determinados órgãos administrativos tiveram suas competências individualizadas em pastas específicas, o que se dá, a partir da própria estrutura organizacional vigente, apenas se adequando às novas necessidades.

Por fim, importa destacar que a presente proposta visa adequar a atual realidade, para um formato com maior detalhamento, permitindo maior identificação e afinidade da estrutura organizacional do Município de Palmeira em relação aos programas do Governo Estadual e Federal, com vistas a ações na captação de recursos, geração de emprego e no desenvolvimento do Município de Palmeira.

Posto isso, certo da importância do presente Projeto de Lei, solicito seja este apreciado e aprovado por Vossas Senhorias, reiterando, por oportuno, meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de julho de 2025.

ALTAMIR

SANSON:45620652904

Assinado de forma digital por
ALTAMIR SANSON:45620652904
Data: 2025.07.15 17:14:30 -03'00'

ALTAMIR SANSON

Prefeito do Município de Palmeira

MANUELLA FERREIRA MARQUES
Contador



Assinado por: CLAUDINE GORTE DE LIMA 15/07/2025 11:40:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - DECRETO MUNICIPAL Nº
17915/2025.

MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Estado do Paraná

Previsão do índice de despesa com pessoal para o exercício de 2025, 2026, 2027 e 2028 (somente Prefeitura)

Cálculo com base no mês de maio de 2025

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA ESTIMADA			
	2025	2026	2027	2028
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$100.675.280,89	R\$107.078.228,75	R\$113.502.922,48	R\$119.178.068,60
Pessoal e Encargos Sociais	R\$94.522.378,00	R\$100.534.001,24	R\$106.566.041,32	R\$111.894.343,38
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (par. 1º do art. 18 da LRF)	R\$6.152.902,89	R\$6.544.227,51	R\$6.936.881,16	R\$7.283.725,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (par. 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial				
Despesas de Exercícios Anteriores				
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados				
Instrução Normativa TCE/PR 174/2022				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$100.675.280,89	R\$107.078.228,75	R\$113.502.922,48	R\$119.178.068,60

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	2025	2026	2027	2028
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	R\$ 204.796.444,04	R\$ 217.821.497,88	R\$230.890.787,75	R\$242.435.327,14
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (V)=(III/IV)*100	49,16%	49,16%	49,16%	49,16%
LIMITE MÁXIMO 54% (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	R\$110.590.079,78	R\$117.623.608,86	R\$124.681.025,39	R\$130.915.076,66
LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (95% sobre o limite máximo) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	R\$105.060.575,79	R\$111.742.428,41	R\$118.446.974,12	R\$124.369.322,82
LIMITE DE ALERTA 48,6% (90% sobre o limite máximo) (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF)	R\$99.531.071,80	R\$105.861.247,97	R\$112.212.922,85	R\$117.823.568,99

Fontes: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250704.pdf>

1. O valor da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi estimado com base na Despesa com Pessoal liquidada no mês de maio/2025, conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGF anexo I) somente Prefeitura. Para 2025 foi considerado o valor de vencimentos e obrigações patronais, deduzindo os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate à endemias e complementação do piso da enfermagem, multiplicado por 13,3333 e multiplicado por 4,32% (7,41/12x7) que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (5,18%) e PIB (2,23%). Para 2026, 2027 e 2028: foi acrescido 6,36% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4,5%) e PIB (1,86%), 6% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4%) e PIB (2%) e 5% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (3%) e PIB (2%) respectivamente.

2. O valor das Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização foi estimado com base na Despesa com Pessoal empenhada no mês de maio/2025, conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGF anexo I) somente Prefeitura. Para 2025 foi considerado o valor de vencimentos e obrigações patronais, deduzindo os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate à endemias e complementação do piso da enfermagem, multiplicado por 13,3333 e multiplicado por 4,32% (7,41/12x7) que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (5,18%) e PIB (2,23%). Para 2026, 2027 e 2028: foi acrescido 6,36% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4,5%) e PIB (1,86%), 6% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4%) e PIB (2%) e 5% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (3%) e PIB (2%) respectivamente.

3. O valor da Receita Corrente Líquida foi estimado com base na Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal realizada nos últimos 12 meses, até maio/2025, conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGF anexo I) somente Prefeitura. Para 2025 foi considerado o valor de vencimentos e obrigações patronais, deduzindo os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate à endemias e complementação do piso da enfermagem, multiplicado por 13,3333 e multiplicado por 4,32% (7,41/12x7) que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (5,18%) e PIB (2,23%). Para 2026, 2027 e 2028: foi acrescido 6,36% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4,5%) e PIB (1,86%), 6% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (4%) e PIB (2%) e 5% que corresponde ao índice inflacionário com base no relatório Focus do Banco Central de 04/07/2025, no qual está previsto IPCA (3%) e PIB (2%) respectivamente.

Obs: IPCA e PIB 2025: 7,41% do ano, dividido por 12 meses e multiplicado por 7 meses, igual a 4,32%.

Palmeira, 15 de julho de 2025

ANEXO I

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Pelo presente, para fins de atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal – FRF declaro que o aumento da despesa com pessoal tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda, que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas.

Assinatura

SEC. MUN. DE GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS
DECRETO Nº 18.427, DE 14 DE JULHO DE 2025 - DESIGNA
COMISSÃO PARA ANÁLISE DA NOVA ESTRUTURA
ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE
PALMEIRA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, com fundamento na Lei Orgânica do Município, e considerando o contido no procedimento administrativo nº 13849/2025.

Decreta:

Art. 1º Fica designada Comissão Especial, objetivando o estudo, análise de viabilidade, avaliação e emissão de parecer sobre a nova estrutura administrativa do Município de Palmeira, com a seguinte composição:

- I** - Procuradoria Geral – Ariel Alexandre Passoni Júnior;
- II** - Controladoria Geral – Elisama Nogueira;
- III** - Secretaria Municipal de Gestão Pública e Finanças – Carla Beatriz Turmina;
- IV** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Fabiano Bishop Cassanta;
- V** - Secretaria de Desenvolvimento Rural – Geraldo Vasco;
- VI** - Secretaria Municipal de Assistência Social: Joceli Gomes Cunha;
- VII** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação: Friedrich Norbert Kliewer;
- VIII** - Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer: Dirlene Aparecida Delfrate;
- IX** - Secretaria Municipal de Saúde: Kamila Fernanda de Oliveira Sanson.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 14 de Julho de 2025.

Altamir Sanson
Prefeito do Município de Palmeira

Ariel Alexandre Passoni Junior
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:960428C6